



FOTO: CHICO NELSON

Guerreiros: ocupação racional da Amazônia

O debate político no congresso da SBG

○ País precisa urgentemente de uma nova política mineral. Essa frase resume a tônica das discussões travadas durante o XXXIII Congresso Brasileiro de Geologia, realizado entre 28 de outubro e 4 de novembro, no Rio de Janeiro, que reuniu mais de três mil técnicos e empresários do setor mineral.

Embora, de uma maneira geral, tenham predominado os trabalhos técnicos, que atingiram um número superior a 500, alguns temas políticos polarizaram as atenções, como a discussão sobre a criação de um Serviço Geológico Nacional, a Questão do Garimpo, a Mineração em Áreas Indígenas e o debate sobre Recursos Minerais e Soberania Nacional. Desses, entretanto, os que mais causaram polêmicas foram o Garimpo e a Mineração em Áreas Indígenas.

O debate sobre o Serviço Geológico Nacional, no qual se pretendia discutir e avaliar os diversos órgãos que hoje atuam em pesquisa geológica, como DNPM, CPRM e Projeto Radam, na verdade acabou por se transformar em um desfiar infundável de dados apresentados por cada um desses organismos, que defendiam com unhas e dentes seu atual *status quo*. A única lacuna

admitida por eles, no que diz respeito a sua atuação é a relacionada com recursos, já que todos afirmaram estar à mingua. Mas a discussão principal ou seja, a atuação integrada desses órgãos, evitando a superposição de trabalhos e poupando esforços, ficou relegada a segundo plano. O debate, portanto, embora tenha avançado, ficou ainda no plano das intenções.

Quanto ao tema garimpo, que levou muitos a lançarem improperios contra o governo, não se pode dizer que tenha havido uma unanimidade de posições, embora todos os participantes da mesa batessem na mesma tecla: o governo, com sua política de aumentar a qualquer custo a produção interna de ouro, armou uma verdadeira bomba-relógio, que é como podem ser caracterizados hoje os garimpos da Amazônia.

Para o geólogo Elmer Prata Salomão, um dos primeiros a se pronunciar sobre o tema, o garimpo que atualmente existe na região de fronteira da Amazônia está completamente descaracterizado, não mantendo mais qualquer semelhança com o garimpo tradicional, onde o trabalho de extração era essencialmente manual.

Hoje, segundo Helmer, a mecanização atingiu todas as frentes garimpeiras e está em completo desacordo com aquilo que prevê o Código de Mineração. Aliás, para ele o Código está desatualizado ou pelo menos inadequado a esse novo tipo de garimpo e sugere que se introduza uma nova figura, a da Lavra de Risco.

Embora considere o garimpo socialmente importante, já que é absorvedor de mão-de-obra tangida pelo desemprego, o geólogo defende que a atividade precisa ser contida, em função do quadro social de desigualdade que gera e dos conflitos que acarreta. Mas não vê, a curto prazo, uma solução viável para o problema.

Já o Diretor de Fomento à Produção Mineral do DNPM, Manoel da Redenção, disse que o garimpo é hoje o principal responsável pela produção de ouro no País, e que a política do governo tem sido a de incentivar e controlar essa produção. Em 1983, por exemplo, das 47,5 toneladas de ouro produzidas no Brasil, apenas 6 vieram de minas mecanizadas, sendo o restante oriundo dos garimpos. Para este ano, a previsão do DNPM é de que os garimpos produzam 50 toneladas, contra 10 tonela-

das obtidas pelas empresas. Outro dado importante mencionado pelo técnico, é que 90% da produção dos garimpos não sofre qualquer tipo de tributação e que, para compra de ouro naqueles locais, a Caixa Econômica Federal, além de postos de compra próprios, mantém 340 firmas autorizadas a atuarem na comercialização do ouro.

Quanto ao problema das invasões de áreas de empresas pelos garimpeiros, Redenção afirmou que a atuação do DNPM inicialmente ia no sentido de dar apoio aos empresários, solicitando a intervenção da Polícia Federal. Posteriormente, o órgão passou a realizar trabalhos com seus geólogos nas frentes de garimpo e, atualmente, apenas recomenda que as empresas cujas áreas foram invadidas recorram ao Judiciário procurando, elas mesmas, criar meios para defenderem seu patrimônio. Para isso, a recomendação do órgão é a de criar segurança particular nas empresas, o que já vem sendo feito por várias delas.

O diretor do DNPM também defendeu a política de criação de reservas garimpeiras, concentrando os garimpeiros em certas áreas e dando prioridade para as empresas em outras.

Outro dos participantes da mesa, o jornalista Francisco Alves, editor de **Brasil Mineral**, teceu duras críticas à política de preços para o ouro no mercado interno que, a seu ver, foi e está sendo uma das grandes responsáveis pelo crescimento da

atividade garimpeira no País, levando muitos políticos e empresários individuais a se lançarem no financiamento dessa atividade.

"Com o argumento — diz ele — de que era necessário evitar o contrabando ou a evasão do metal para fora do País, o governo passou a fixar o preço do ouro com base no preço internacional, mas calculando o dólar ao preço do câmbio negro, o que constitui um verdadeiro absurdo, pois o próprio governo se encarrega de oficializar o câmbio negro". Este, segundo ele, é um preço social muito alto para o ouro, porque além de estimular o garimpo selvagem, fez com que se abrissem as fronteiras do Brasil para o metal vindo de outros países, principalmente da Bolívia. Contestado pelo geólogo Giovanni Toniatti, o jornalista argumentou também que esses preços estimularam o crescimento do comércio ilegal de ouro nas grandes cidades e que a política visava apenas concentrar todo o ouro produzido no País nas mãos do Banco Central, para ser utilizado como forma de pagamento da dívida externa.

O senador Lázaro Barboza, secretário de Minas e Energia de Goiás, por sua vez, disse que o Código de Mineração está caduco, "pois coloca o garimpeiro como marginal ou como caso de polícia". E defendeu os projetos por ele apresentados ao Congresso Nacional, como os que regulamentam a criação de reservas garimpeiras, enquadram o garimpeiro na Previdência Social e outros que visam a impedir

que as empresas permaneçam sentadas sobre as jazidas. E lamentou que todos esses projetos tenham sofrido pedido de vistas do senador Roberto Campos, que fez uma verdadeira manobra para impedir que os mesmos fossem a plenário. O senador defendeu, também, a criação do Ministério de Minas e Metalurgia pois, segundo ele, o Ministério de Minas e Energia não está adequado para responder às necessidades do setor.

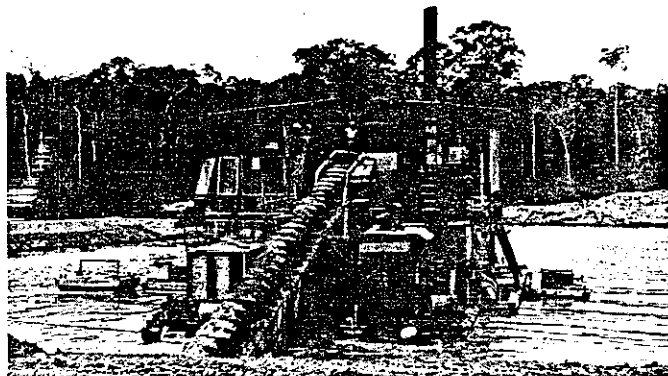
Ainda na linha dos políticos, o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) foi contundente: para ele de nada adianta ficar discutindo questões particulares do garimpo, se não se ataca o problema real, que é o modelo de ocupação do solo praticado no País, que deixa sem terra milhões de brasileiros e a política econômica selvagem, que tem expulsado sistematicamente dos grandes centros levas de desempregados que, sem outra alternativa, rumam para a Amazônia.

Para o deputado, o governo e os empresários estão "cometendo uma grande burrice, pois sua política está destruindo a grande oportunidade que o Brasil tem, que é a Amazônia."

Guerreiro argumenta que mesmo a política de reservas garimpeiras é desastrosa, porque a cada contingente de garimpeiros colocados em uma reserva correspondem outros que afluem diariamente às regiões de garimpo. Condenou veementemente, ainda, a proposta do DNPM de criação de milícias particulares nas em-

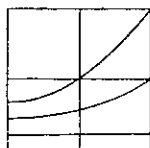
TECNOLOGIA, EXPERIÊNCIA, QUALIDADE

Incorporando à tecnologia nacional, experimentada há mais de 10 anos, toda a experiência da OSBORNE & CHAPPEL (F.W. PAYNE & SON, na Inglaterra) da Malásia, a CIMAQ pode hoje oferecer:



Dragas de Alcatruzes de 3 pés³

- Plantas "chave-na-mão" para lavra e beneficiamento de aluviões
- Dragas de alcatruzes
- Dragas de sucção
- Jigues (Yuba, Panamerican, Plunger, Remmer, Denver, Trapezoidal, Circular)
- Hidrociclones
- Mesas de concentração
- Mesas de graxa
- Espirais
- Peneiras Rotativas
- Tambores Desagregadores
- Monitores Hidráulicos (Manuais e Automáticos)
- Bombas centrífugas para cascalho
- Amalgamadores
- Retortas



CIMAQ S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Av. Jacuba, 790 - Hortolândia-13.170
Sumaré - SP - Fone (0192) 65-1188
Telex 019 2443 CIMQ BR
Uma das Empresas Brumadinho

cimaq

A CIMAQ firmou contrato de transferência de tecnologia, para fabricação no Brasil de equipamentos de beneficiamento de minerais pesados, com a AUTOMATIC MINING SYSTEM, da Malásia.



FOTO: CHICO NELSON

Mesa sobre garimpo: críticas ao governo

presas, porque isso poderá gerar uma verdadeira guerra na Amazônia. Aliás, segundo ele, essa guerra já começou.

Mas nem todas as discussões giraram em torno do garimpo na região amazônica. O geólogo Geraldo Magela, da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais

do Rio Grande do Norte, mostrou que em seu Estado, como também na Paraíba, estão surgindo soluções para o garimpo que podem ser levadas a outras regiões. Ali, suportados por uma atividade de fomento das empresas estaduais, os garimpeiros estão conseguindo formas próprias de organização que não competem com a iniciativa empresarial. "Com essa política — diz ele — estamos fixando o homem nordestino na região, impedindo-o de alimentar o exército de desempregados nas grandes cidades ou morrer na Amazônia".

De toda a discussão, no entanto, o que ficou na verdade foi uma grande indagação: a bomba do garimpo está prestes a explodir. Resta saber na mão de quem.

Áreas indígenas

Não há propostas concretas para a reversão da política indigenista brasileira no panorama jurídico-institucional do País. Até agora, essas diretrizes se concentraram muito mais nas fases de denúncia, numa atuação defensiva contra as medidas que vêm reduzindo paulatinamente as nações indígenas.

Enquanto isso, os índios brasileiros, sem argumentos para contrapor a política atual implementada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), sofrem as consequências, na maioria das vezes desastrosas, das diretrizes oficiais traçadas.

Estas foram algumas das questões levantadas no painel sobre "Mineração em Áreas Indígenas", que contou com a presença do deputado federal e membro da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, Márcio Santilli, da antropóloga Cláudia Andujar, do líder da nação Krenac, Ailton Krenac, do capitão de uma aldeia indígena no Maranhão, Aruí Gavião, do geólogo Breno Augusto dos Santos, e do advogado Júlio Galger, que também é presidente da Associação de Apoio ao Índio em Porto Alegre. A coordenação dos debates ficou a cargo de Luiz Antônio Vessani, da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage).

Márcio Santilli ressaltou sua posição de que a solução para a questão do índio brasileiro não está na simples criação de um Ministério para Assuntos Indígenas. Uma solução, a seu ver, seria a desvinculação da Funai do Ministério do Interior e sua vinculação diretamente à Presidência da República, adquirindo poderes para decidir soberanamente sobre os problemas das nações indígenas brasileiras.

Mesmo concordando que os interessados em que as coisas melhorem para os índios, ainda não conseguiram sair de uma atuação defensiva contra as ações que vêm reduzindo os povos indígenas, o parlamentar cita alguns exemplos de sugestões, como o projeto do deputado Haroldo Lima, que propõe a criação de reservas minerais em áreas indígenas. E cita sua própria luta pela criação do Parque Yanomami, um trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), representada no 33º Congresso da SBG pela antropóloga Cláudia Andujar.

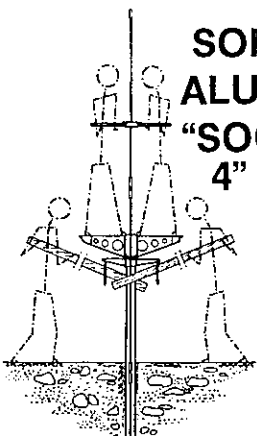
Aliás, a antropóloga, especialista em assuntos dos Yanomami, também concorda com a visão do deputado Santilli, ou seja, de que até hoje não houve propostas concretas e viáveis para reverter o processo da política indigenista no Brasil. Ela garante, inclusive, que a possibilidade de liberação das reservas de cassiterita da região de Surucucu, em Roraima, na fronteira com a Venezuela, onde cerca de nove mil Yanomamis habitam o lado brasileiro, com a maioria dos índios ainda sem contatos com brancos, desagrada profundamente a Nação Yanomami. Ali, como em outras regiões, os índios querem garimpar, para aprender o ofício, garante Cláudia Andujar.

A opinião dos atingidos

Allton Krenac e Aruí Gavião confirmaram as palavras da antropóloga Cláudia Andujar. Eles querem ficar bem distantes da garimpagem branca ou da exploração dos minérios de suas reservas por empresas. E, num vocabulário simples, colocam que consideram importante o debate sobre a questão. Allton Krenac ressaltou que os índios não entendem os argumentos técnicos e "os argumentos de direito não têm muita força diante dos argumentos técnicos".

Por outro lado, afirma o índio da nação Krenac, eles não têm condições de avaliar as alegações oficiais de que determinado minério é considerado estratégico ou que servirá para o pagamento da dívida externa brasileira. Eles sabem, isto sim, que a exploração de bens minerais em suas áreas vai "causar muito dano às nações indígenas". E conclamou os geólogos brasileiros a auxiliarem os índios nesse processo contra "os que querem saquear nossas riquezas".

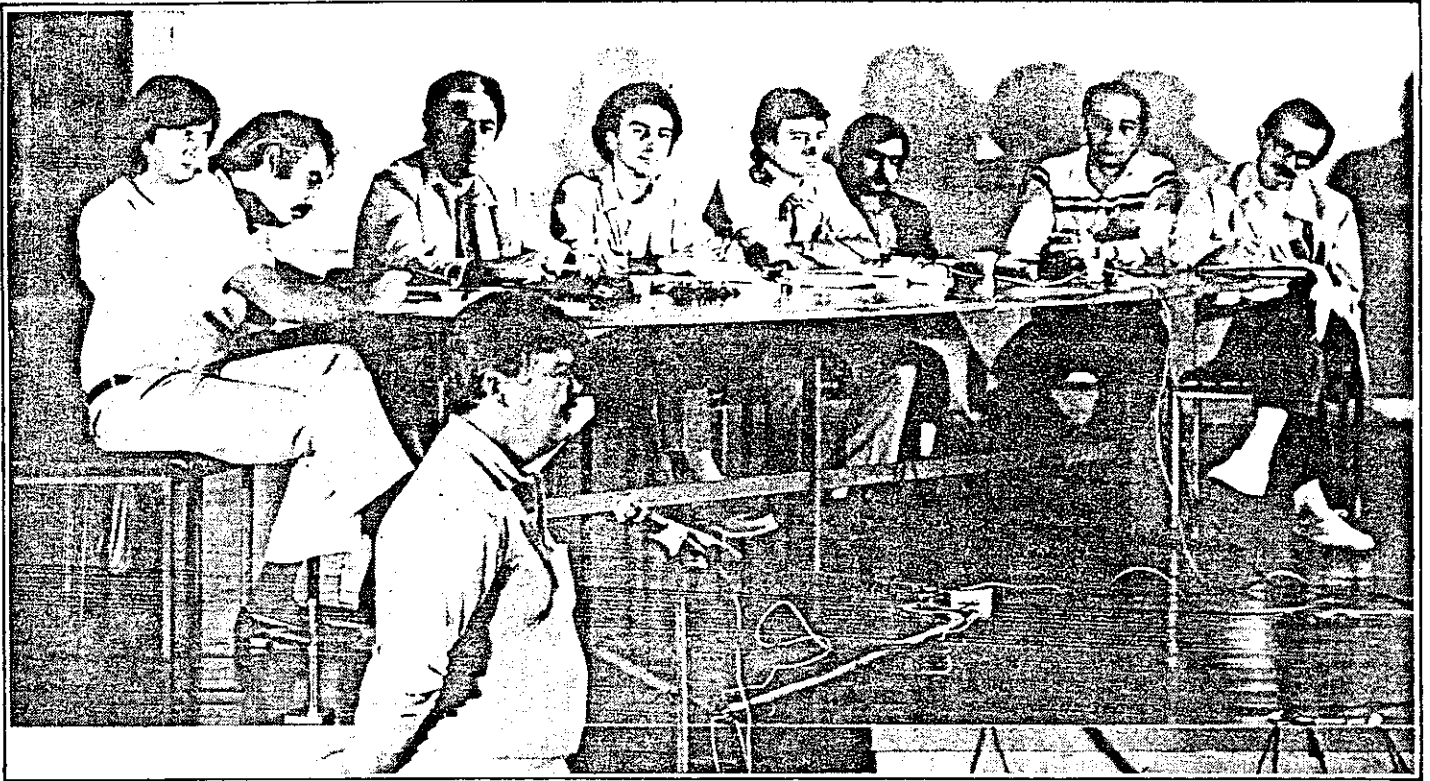
Aruí Gavião, criticando severamente a Funai pela maneira como ela trata os índios, contou a história de como foi parar em garimpos como o de Cumaru. Depois de conhecer os garimpos, ele voltou à sua reserva e impôs condições aos garimpei-



SONDA ALUVIÃO "SOCAR" 4" E 6"

Fabricação de sondas rotativas
Bombas de pistões
Materiais para mecânica de solos
Usinagens de precisão

S Souza & Carvalho Ltda.
Rua Itapagipe, 69 — Tels: (031) 442-2720 —
CEP 30.000 — Belo Horizonte — MG



ros que lá desejassem atuar. Em função disso, ele sugere que a Funai ensine o índio a garimpar, para que depois eles possam negociar, porque "índio é inteligente".

Yanomamis

Segundo a antropóloga Cláudia Andujar, na área de Surucucu cerca de quatro mil

índios Yanomami estão convivendo com cerca de 500 garimpeiros brancos há alguns meses. Aproximadamente 250 índios garimpam ou tentam garimpar, enquanto os restantes ainda se ocupam com suas lides tradicionais. O fato é que, com os brancos, vieram as doenças, prostituição, começando um processo de desagregação da cultura e tradição indígenas.

Hoje a invasão continua e a previsão da antropóloga é de que se acelere mais ainda, a partir deste e do próximo ano. Mesmo assim, cerca de seis a sete mil Yanomamis ainda estão isolados e não têm condições de entrar para a produção garimpeira, como está proposto na política oficial que pretende explorar os minérios das áreas indígenas.

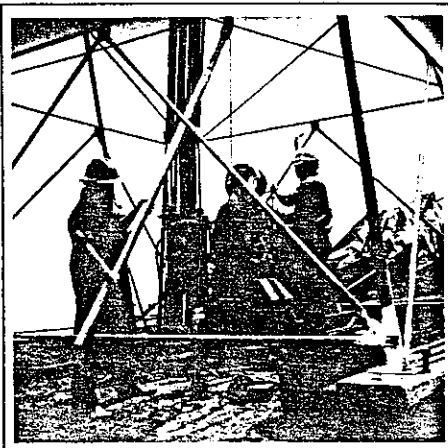
Parecer das entidades

O advogado Júlio Gaiger apresentou no painel o parecer subscrito pela Associação Nacional de Apoio ao Índio, de Porto Alegre e Bahia, além de várias outras entidades, no qual se analisa o problema sob o enfoque antropológico, técnico, jurídico e político.

Pelo parecer, as entidades colocam-se frontalmente contrárias à mineração em terras indígenas, pelo potencial imediato de etnocídio que representa. E propõem que, até que sejam sanadas as deficiências da política indigenista brasileira no que diz respeito à mineração, o mais prudente seria abandonar qualquer pretensão de atividade mineral em terras indígenas, definindo-se como reservas minerais os recursos ali existentes.

A Conage, por sua vez, sugeriu que fosse feita a demarcação dos territórios indígenas com base em marcos geográficos naturais — rios, montanhas, acidentes geo-

Para sondagem geológica, consulte a Geosol.



- sondagem rotativa convencional
- sondagem rotary e roto-pneumática
- sondagem de testemunhagem contínua-circulação reversa
- perfilagem geofísica dos furos de sonda

São mais de 30 anos trabalhando para o setor, com mais de um milhão de metros perfurados em todo o Brasil.



GEOSOL - Geologia e Sondagens Ltda.

Rua Aimorés, 200 - Fone: (031) 221-5566 - Telex: (031) 1786 - Belo Horizonte - MG.

gráficos em geral e criadas reservas minerais em áreas indígenas.

Como resultado final, ficou a expectativa de que as contribuições da sociedade civil para a questão do índio no Brasil encontrem respaldo na nova ordem política que se supõe seja estabelecida no País a partir do próximo ano.

Sistema Estadual

No seminário "O modelo estadual de mineração", foram feitas críticas ao gigantismo de alguns projetos e investimentos realizados por certas empresas ligadas ao Sistema Estadual de Mineração. Apesar disso, considerou-se que esse modelo assume papel importantíssimo na mineração brasileira. Entretanto, definiu-se que há necessidade de se retomar as discussões sobre seus rumos, pois cada Estado deve levar em consideração os interesses da comunidade, de acordo com as características particulares de cada órgão nos estados.

Para o geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho, embora algumas empresas já contem com legislação específica em seus estados, garantindo a aplicação da cota-parte do IUM, muitas delas não têm essa garantia e ficam à mercê dos interesses específicos dos dirigentes estaduais. Aliás, segundo ele, a maioria delas ainda não são beneficiadas com essa sistemática.

Já os geólogos ligados à Associação Profissional dos Geólogos do Rio de Janeiro, defenderam a criação de uma empresa para aquele estado, porque o DRM, que funciona como autarquia, não atende às ne-

cessidades do desenvolvimento mineral do Rio.

O secretário das Minas e Energia do Estado da Bahia, Paulo Ganem Souto, por sua vez, ressaltou a necessidade de se discutir as pesquisas geológicas, uma vez que os órgãos tradicionalmente realizadores das mesmas estão deixando de fazê-las. Ele levantou também a questão dos mé-

realização do Congresso Brasileiro de Geologia em 86, a assembleia da SBG passou à leitura, discussão e aprovação das moções apresentadas. Sobressaíram aquelas que reclamam pela reestruturação do sistema atual de mineração, por uma reformulação da política de levantamentos geológicos básicos, além do repúdio à política oficial (leia-se, da Funai) para a exploração de minérios em áreas indígenas, exigindo a criação de reservas nacionais nas áreas mineralizadas em territórios dos índios brasileiros, inclusive pregando a demarcação desses territórios.

Próximo Congresso será em Goiânia

O 34.º Congresso Brasileiro de Geologia será realizado em Goiânia (Goiás), daqui a dois anos, ou seja, em 1986. A decisão foi da assembleia da Sociedade Brasileira de Geologia, realizada no encerramento do 33.º Congresso, realizado no Rio de Janeiro. Com 64 votos, contra 11 em favor de Manaus e cinco, de São Paulo, os associados da SBG presentes optaram por Goiás numa primeira votação. E numa segunda, por aclamação, já que Manaus retirou sua proposta de levar o próximo congresso para o estado do Amazonas.

Logo após a eleição do local para a

diões e grandes investimentos, em detrimento do aproveitamento dos pequenos depósitos e dos pequenos projetos de fomento mineral.

Paulo Souto é de opinião que o Sistema Estadual de Mineração deve ser reformulado e até sugeriu a criação, junto à Abemin, de uma secretaria para assuntos de reformulação.

Tecnologia mineral tem marca:

PAULO ABIB ENGENHARIA S. A.

Engenharia de Projetos,
de Minas e Processos
Gerenciamento de Implantação
e Posta-em-Marcha
Ensaio e Testes
Análises Químicas
e Mineralógicas

Qualificação técnica, desenvolvimento de métodos e sistemas próprios, pessoal altamente treinado e sólida experiência adquirida na elaboração, implantação e gerenciamento de alguns dos maiores projetos do País resultaram na tecnologia mineral com marca. A marca Paulo Abib maior eficiência com menores custos, para o melhor aproveitamento de nossos recursos minerais.

Metallurgia Extrativa
e Beneficiamento Químico
Instrumentação e Controle
Estudos Geológicos
Estudos Geotécnicos
Projetos de Lava



PAULO ABIB ENGENHARIA S.A.

São Paulo: rua Cap. Francisco Teixeira Nogueira, 154 - CEP 05038 - Cx. P. 8398 - Telex: (011) 24788 ABIB BR - Fone: (011) 283-5055
Belo Horizonte: rua Alcobaça, 1270 - CEP 30000 - Telex: (031) 1858 EIME BR - Fone: (031) 441-8622

EMPRESA GENUINAMENTE
NACIONAL